



**INSTITUTO
FEDERAL**
Brasília

Instituto Federal de Brasília
Campus Recanto das Emas
Especialização docência em
Educação profissional e tecnológica

PAULO HENRIQUE LIMA MOREIRA

PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS TÉCNICAS:
limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições
públicas de ensino técnico no Brasil

Brasília
2026

PAULO HENRIQUE LIMA MOREIRA

PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS TÉCNICAS:
limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições
públicas de ensino técnico no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Especialização
Docência Em Educação Profissional e
tecnológica do Instituto Federal de Brasília,
Campus Recanto das Emas como parte da
exigência para obtenção do título de
licenciado.

Orientador(a): Drº Eduardo Dias Leite

Brasília
2026

Moreira, Paulo Henrique Lima.

Parcerias entre empresas e escolas técnicas: limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil / Paulo Henrique Lima Moreira ; orientação Eduardo Dias Leite. — Recanto das Emas, DF: 2026.

29 f. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Brasília, Campus Recanto das Emas, Recanto das Emas DF, 2026. Orientador(a): Eduardo Dias Leite.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Parcerias escola-empresa. 3. Empregabilidade. 4. Formação técnica. 5. Mundo do trabalho. I. Leite, Eduardo Dias, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DECLARAÇÃO

Folha de Aprovação do Curso do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante Paulo Henrique Lima Moreira, do Curso de Pós-Graduação em Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), intitulado: PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS TÉCNICAS: limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil.

Aprovado em: 11 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Eduardo Dias Leite

Avaliadora 1: Profa. Dra. Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos

Avaliadora 2: Profa. Esp. Fernanda Maria Furst Signori

Documento assinado eletronicamente por:

- Eduardo Dias Leite, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 12/04/2026 06:56:13.
- Juliana Viegas Pinto Vaz dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 12/04/2026 18:37:10.
- Fernanda Maria Furst Signori, Fernanda Maria Furst Signori - Tutor EAD - Instituto Federal de Brasília (1) , em 12/04/2026 21:03:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/04/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 690817
Código de Autenticação: 303df615ad



PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS TÉCNICAS: limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil

PARTNERSHIPS BETWEEN COMPANIES AND TECHNICAL SCHOOLS: structural constraints and challenges to employability in Brazil's public technical education institutions

Paulo Henrique Lima Moreira¹
Eduardo Dias Leite²

RESUMO

MOREIRA, Paulo Henrique Lima. Parcerias entre empresas e escolas técnicas na educação profissional e tecnológica: articulações formativas diante de limitações estruturais e desafios da empregabilidade no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil. 2026. Artigo de Pós-Graduação Lato Sensu Em Docência Na Educação Profissional E Tecnológica - Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2026.

O artigo analisa como parcerias entre empresas e escolas técnicas podem contribuir para o enfrentamento de limitações estruturais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e para o fortalecimento da empregabilidade dos estudantes no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil. Parte-se da compreensão da EPT como modalidade formativa orientada à articulação entre educação e trabalho, reconhecendo tensões históricas entre formação integral e demandas produtivas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se em literatura especializada e em dados secundários provenientes de bases públicas e documentos institucionais. A análise evidencia que as parcerias escola-empresa ampliam oportunidades de vivências práticas, fortalecem a integração entre teoria e prática e favorecem a construção de competências profissionais alinhadas às demandas do mundo do trabalho. Verifica-se, contudo, que tais iniciativas não superam os limites estruturais do mercado, mas atuam como estratégias institucionais capazes de melhorar as condições de inserção profissional dos estudantes. Conclui-se que, quando planejadas com mediação pedagógica e alinhadas ao projeto institucional da EPT, essas parcerias configuram mecanismos complementares de fortalecimento das trajetórias formativas e profissionais, respeitando os condicionantes socioeconômicos mais amplos.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; parcerias escola-empresa; empregabilidade; formação técnica; mundo do trabalho.

¹ Pós-graduando em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Brasília. E-mail: paulo71055@estudante.ifb.edu.br.

² Doutor em Administração, professor do Instituto Federal de Brasília – IFB. E-mail: eduardo.leite@ifb.edu.br

ABSTRACT

This article analyzes how partnerships between companies and technical schools can contribute to addressing structural limitations in Professional and Technological Education (EPT) and to strengthening students' employability within public technical education institutions in Brazil. It is based on the understanding of EPT as a form of education oriented toward the articulation between education and work, recognizing historical tensions between comprehensive education and productive demands. The research adopts a qualitative approach, with a bibliographic and documentary nature, based on specialized literature and secondary data from public databases and institutional documents. The analysis shows that school–company partnerships expand opportunities for practical experiences, strengthen the integration between theory and practice, and promote the development of professional competencies aligned with labor market demands. However, it is observed that such initiatives do not overcome the structural limits of the labor market, but act as institutional strategies capable of improving students' conditions of professional insertion. It is concluded that, when planned with pedagogical mediation and aligned with the institutional project of EPT, these partnerships constitute complementary mechanisms for strengthening educational and professional trajectories, respecting broader socioeconomic conditions.

Keywords: professional and technological education; school-company partnerships; employability; technical education; labor market.

1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) têm evidenciado a crescente centralidade do empreendedorismo nos currículos, impulsionada por políticas públicas e pela articulação com o setor empresarial. Nesse contexto, pesquisas como a de Ponciano, Grimm e Placido (2026) ou de Koepsel e Czernisz (2026) indicam que essa inserção não ocorre de forma neutra, estando associada à difusão de perspectivas alinhadas às demandas do mercado de trabalho e à lógica neoliberal, que tende a transferir responsabilidades estruturais para o indivíduo. Ao mesmo tempo, tais estudos apontam que essa orientação pode impactar a formação dos estudantes, influenciando a compreensão sobre trabalho, empregabilidade e papel social da educação. Essas questões se inserem em um debate mais amplo, historicamente marcado pelas dualidades estruturais da educação brasileira desde 2003, conforme analisam Frigotto e Ciavatta (2003), especialmente no que se refere à subordinação da formação escolar às dinâmicas produtivas. Nesse sentido, ganha relevância a análise das parcerias entre instituições de ensino técnico e empresas como estratégias de aproximação entre formação e realidade produtiva, em consonância com o que estabelece o art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.394/1996, ao afirmar que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996).

Nesse cenário, a EPT pode ocupar posição estratégica no sistema educacional brasileiro ao articular formação escolar e preparação para o mundo do trabalho. Contudo, a modalidade enfrenta desafios relacionados à qualidade da formação, à inserção profissional dos estudantes e às desigualdades socioeconômicas que impactam o acesso e a permanência na educação técnica, o que reforça a necessidade de analisar criticamente os limites e as potencialidades dessas articulações com o setor produtivo.

Embora a legislação educacional brasileira reconheça a integração entre educação e trabalho como princípio orientador da EPT, persistem limitações estruturais que ultrapassam o âmbito escolar. De acordo com Batista e Silva (2016), essas limitações estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho, à precarização laboral e às assimetrias regionais. Dessa forma, coloca-se a seguinte questão: em que medida parcerias entre empresas e escolas técnicas podem contribuir para o enfrentamento dessas limitações e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da empregabilidade dos estudantes?

O objetivo desta pesquisa é analisar as parcerias entre empresas e escolas técnicas na Educação Profissional e Tecnológica, considerando suas limitações estruturais e os desafios da empregabilidade no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil, bem como suas implicações formativas e institucionais, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática, ao desenvolvimento de competências profissionais e à inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

A relevância da pesquisa justifica-se pela centralidade que a articulação entre educação e trabalho assume no debate contemporâneo sobre formação profissional, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e instabilidades do mercado. Investigar os limites e as possibilidades dessas parcerias contribui para qualificar o debate sobre políticas e práticas institucionais na EPT, evitando tanto perspectivas tecnicistas quanto soluções simplificadoras para problemas estruturais.

O artigo está organizado em três seções principais. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico sobre EPT, trabalho e empregabilidade. Na segunda, discutem-se as parcerias entre escolas técnicas e empresas à luz da literatura e dos documentos analisados. Por fim, são sistematizadas as contribuições e os limites identificados, seguidos das considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

A literatura especializada em Educação Profissional e Tecnológica sustenta que a relação entre educação e trabalho não pode ser compreendida de forma meramente instrumental ou adaptativa. Frigotto e Ciavatta (2003), ao analisarem a educação brasileira na década de 1990, evidenciam que a subordinação da formação escolar à lógica do mercado compromete sua dimensão crítica e formativa. Essa análise está inserida em um contexto mais amplo de transformações econômicas e sociais, marcado por profundas mudanças no sistema capitalista global.

Contudo, estudos mais recentes indicam que

[...] sucesso ou fracasso, tanto no âmbito econômico quanto no social, é, permanentemente, determinado pela mentalidade e comportamentos individuais das pessoas. (Ponciano, Grimm e Placido, 2026, p. 8)

Muito embora a presença de agentes privados na educação pública tem reforçado uma lógica pragmática orientada às demandas produtivas, tensionando o papel formativo das instituições e ampliando a influência de interesses empresariais na organização curricular e nas práticas educativas (Koepsel; Czernisz, 2026).

Os autores destacam que, nas últimas décadas do século XX, o mundo vivenciou uma crise estrutural do capitalismo, acompanhada de transformações econômicas, socioculturais e ideológicas, que impactaram diretamente as políticas educacionais. Nesse cenário, observa-se a intensificação da competição entre grandes grupos econômicos e a concentração de riqueza, ciência e tecnologia, resultando em uma ampliação das desigualdades sociais. Conforme apontam, essa dinâmica gera uma realidade em que apenas uma pequena parcela da população usufrui plenamente da riqueza produzida, enquanto a maioria permanece à margem desse processo.

Nesse contexto, a educação passa a ser influenciada por um conjunto de ideias e discursos que os autores associam a noções como globalização, empregabilidade e reestruturação produtiva, utilizadas para justificar reformas profundas no Estado e nas relações entre capital e trabalho. Tais conceitos, embora apresentados como inevitáveis, carregam forte conteúdo ideológico, contribuindo para a naturalização da subordinação das políticas educacionais às demandas do mercado.

O que já vinha sendo observado por Frigotto e Ciavatta (2003), que analisam a chamada “era FHC”, concluindo que as políticas educacionais do período representaram um retrocesso tanto no plano institucional quanto pedagógico, ao se alinharem de forma ativa e consentida às diretrizes de organismos internacionais e à lógica do capital. Segundo os autores:

A conclusão a que chegamos é a de que a “era FHC” neste particular, também, foi um retrocesso tanto no plano institucional e organizativo quanto, e particularmente, no âmbito pedagógico. Esta conclusão se fundamenta, primeiramente, na análise do tipo de projeto social mais amplo e do projeto educativo a ele articulado, ambos associados de forma ativa, consentida e subordinada aos organismos internacionais. (Frigotto e Ciavatta, 2003, p. 93)

Dessa forma, a análise dos autores evidencia que, naquele contexto histórico, a educação era concebida predominantemente como instrumento de adequação às exigências do mercado, subordinando sua função social mais ampla. Tal perspectiva reforça a necessidade de compreender a Educação Profissional e Tecnológica para além de uma lógica estritamente produtivista, considerando suas dimensões sociais, políticas e formativas.

Nesse entretempo, para Batista e Silva (2016), ao discutirem trabalho e qualificação no capitalismo contemporâneo, reforçam essa análise ao afirmar que o novo mundo do trabalho está associado à ampliação da exploração e precarização do trabalho e que a empregabilidade vem se colocando de maneira sutil, carregada de peso ideológico e falseamento da realidade, desfigurando o papel social da escola pública. O que evidencia que a formação técnica é atravessada por disputas estruturais e ideológicas.

Os autores demonstram que as transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, resultaram na redução significativa dos postos de trabalho considerados estáveis, anteriormente ocupados por trabalhadores qualificados e escolarizados. Em contrapartida, observa-se o crescimento de formas de trabalho flexíveis, terceirizadas e precarizadas, que não exigem necessariamente alta qualificação, evidenciando uma reconfiguração estrutural do mercado de trabalho. Tal dinâmica revela que a qualificação, embora valorizada no discurso, não garante inserção estável no mercado.

Nesse sentido, Batista e Silva (2016) destacam que há uma tendência de responsabilização individual do trabalhador pela sua condição de desemprego ou inserção precária, deslocando-se o foco das determinações estruturais para o esforço individual. A ideia de que a educação e a qualificação seriam suficientes para garantir a empregabilidade passa a ser amplamente difundida na sociedade, sendo sustentada por setores empresariais, pela mídia e por discursos institucionais. Tal concepção reforça uma leitura simplificada da realidade social, desconsiderando fatores econômicos e políticos mais amplos.

Além disso, os autores evidenciam que o aumento do desemprego e da precarização não está necessariamente associado à baixa qualificação dos trabalhadores, mas sim às transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, como a reestruturação produtiva, a automação e a terceirização. Mesmo setores historicamente compostos por trabalhadores

qualificados, como o setor bancário, foram profundamente impactados por essas mudanças, com redução significativa de postos de trabalho e aumento de formas precárias de contratação.

Essa realidade reforça o caráter ideológico da noção de empregabilidade, uma vez que transfere para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção no mercado, ocultando as contradições estruturais do sistema econômico. Conforme destacam os autores, a concepção de que maior escolaridade resulta automaticamente em melhores oportunidades de emprego não se sustenta empiricamente, especialmente diante do crescimento do desemprego entre trabalhadores qualificados e escolarizados.

Nesse contexto, afirmam:

Não negamos a importância da educação para o conjunto da sociedade, os seus benefícios, que nos possibilita compreender a sociedade que vivemos, sendo sim condição necessária para inserção no mercado de trabalho, porém não sendo suficiente para garantir esta inserção. Entendemos não ser somente escolaridade a garantir conquista do emprego, pois esta questão está vinculada a questões maiores, político-econômico e social. (Batista; Silva, 2016, p. 733)

Dessa forma, a análise de Batista e Silva (2016) evidencia que a relação entre educação, qualificação e trabalho deve ser compreendida a partir de suas determinações históricas e estruturais, e não apenas sob a ótica individual. Tal perspectiva contribui para problematizar o papel da educação profissional, indicando que sua função não pode se restringir à adaptação às demandas do mercado, mas deve considerar as contradições sociais que permeiam o mundo do trabalho.

Voltando aos estudos mais recentes, ampliam esse debate, ao examinar as estratégias institucionais voltadas à inserção profissional dos estudantes Cimarelli e Velloso (2024) que destacam que as parcerias entre escolas técnicas e empresas podem contribuir para o desenvolvimento profissional dos alunos, desde que estejam articuladas a objetivos pedagógicos claros e não reduzidas à mera adequação às demandas produtivas imediatas. Nessa perspectiva, as parcerias não devem ser compreendidas como solução estrutural para problemas do mercado de trabalho, mas como dispositivos institucionais que potencializam experiências formativas supervisionadas.

As autoras Cimarelli e Velloso (2024) demonstram, a partir da prática de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, que a aproximação entre escola e empresa possibilita aos estudantes o desenvolvimento de competências relevantes para sua atuação profissional, especialmente quando vinculada à resolução de situações-problema reais enfrentadas pelas organizações. Nesse sentido, o processo formativo deixa de ser restrito ao ambiente escolar e

passa a incorporar experiências concretas, nas quais os alunos são estimulados a aplicar conhecimentos teóricos em contextos práticos fortalecendo a relação entre teoria e prática.

Além disso, Cimarelli e Velloso (2024) evidenciam que a vivência dos alunos em ambientes empresariais contribui para o desenvolvimento de competências essenciais, como análise crítica, tomada de decisão e capacidade de propor soluções viáveis. Essas competências são construídas a partir da interação direta com o cotidiano organizacional, permitindo que os estudantes compreendam de forma mais concreta as exigências do mundo do trabalho e desenvolvam maior autonomia em sua formação profissional.

Nesse sentido, tais vivências podem ser articuladas a estratégias pedagógicas próprias da Educação Profissional e Tecnológica, como a pesquisa aplicada, os projetos de intervenção na comunidade, os estudos de caso, as visitas técnicas e metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e problemas e o design thinking, que materializam o trabalho como princípio educativo no processo formativo.

Outro aspecto relevante destacado pelas autoras refere-se à importância das práticas pedagógicas realizadas fora do ambiente escolar. Segundo o estudo, essas práticas permitem aproximar os estudantes com o mundo do trabalho ainda durante o processo formativo, possibilitando uma inserção mais qualificada e consciente. Ao participarem de projetos aplicados em empresas, os alunos não apenas desenvolvem competências técnicas, mas também ampliam sua compreensão sobre o funcionamento das organizações e sobre as demandas reais do setor produtivo.

Nesse contexto, afirmam:

Portanto, o artigo reforça a importância das escolas em realizar e manter parcerias com empresas da cidade e região e também dos docentes proporcionarem projetos com práticas pedagógicas aplicadas fora do ambiente escolar, contribuindo para o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, relacionado ao Projeto Político Pedagógico escolar. (Cimarelli; Velloso, 2024, p. 11).

Dessa forma, a análise de Cimarelli e Velloso (2024) contribui para compreender que as parcerias entre escolas técnicas e empresas, quando bem estruturadas, podem atuar como estratégias pedagógicas relevantes para o desenvolvimento profissional dos estudantes. No entanto, tais iniciativas devem estar articuladas ao projeto educativo da instituição, evitando sua redução a mecanismos meramente instrumentais voltados a produção imediata das demandas do mercado.

De modo complementar, Dias (2025) destaca que a trabalhabilidade ultrapassa a mera inserção inicial no emprego, envolvendo dimensões mais amplas da trajetória profissional. Ao

definir o conceito, o autor afirma que a trabalhabilidade envolve autonomia, aprendizado contínuo e capacidade de adaptação, indicando que a inserção produtiva sustentável depende de competências que extrapolam a formação estritamente operacional.

Mas o que seria a trabalhabilidade? A trabalhabilidade passa a ser compreendida como um processo dinâmico, no qual o indivíduo não apenas responde às exigências do mercado, mas também atua ativamente na construção de suas oportunidades. Essa concepção amplia o entendimento tradicional de empregabilidade, deslocando o foco de uma lógica estática de inserção para uma lógica contínua de desenvolvimento profissional. Onde a formação profissional deixa de ser entendida como etapa concluída e passa a ser vista como processo permanente, exigindo atualização constante e capacidade de reinvenção diante das mudanças no cenário econômico e tecnológico.

Ao qualificar o trabalhador como sujeito ativo na construção de sua trajetória, Dias (2025) desloca a discussão para a centralidade da iniciativa individual no processo de consolidação profissional.

A análise proposta por Dias (2025) representa um avanço em relação às perspectivas anteriores, ao incorporar elementos que refletem as transformações recentes do mundo do trabalho, especialmente aquelas relacionadas à digitalização, automação e crescente complexidade das atividades produtivas. Diferentemente de abordagens que enfatizam exclusivamente as limitações estruturais do mercado, o autor introduz uma perspectiva que reconhece a importância da agência individual na construção das trajetórias profissionais, sem desconsiderar os condicionantes sociais mais amplos.

Além disso, o estudo evidencia que a inserção produtiva dos egressos está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre conhecimentos técnicos e competências socioemocionais, tais como autonomia, comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe. Tais competências, embora frequentemente mencionadas no discurso educacional, assumem papel central em um contexto marcado pela instabilidade das relações de trabalho e pela rápida obsolescência de conhecimentos técnicos específicos.

Nesse sentido, a construção dessas competências envolve principalmente a agência do próprio estudante, torna-se fundamental considerar o papel das instituições de Educação Profissional e Tecnológica na criação de condições pedagógicas e formativas que favoreçam esse desenvolvimento, por meio de estratégias intencionais que ampliem as possibilidades de inserção e permanência no mundo do trabalho.

A perspectiva apresentada por Dias (2025) permite compreender que a formação profissional contemporânea não pode se limitar à transmissão de conteúdos técnicos, devendo

incorporar estratégias pedagógicas que estimulem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Nesse sentido, práticas educativas que promovam a resolução de problemas reais, a interdisciplinaridade e a aproximação com o mundo do trabalho tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de competências alinhadas às exigências atuais.

Assim também, as práticas pedagógicas configuram-se como espaço de disputa entre diferentes concepções de formação, não sendo neutras em sua orientação. Conforme afirmam Oliveira e Henrique:

Assim, é possível pensar que práticas pedagógicas são atividades sistematizadas e intencionalmente desenvolvidas pelos professores com os alunos, objetivando um resultado pedagógico que tenha alcance e efeito social. Portanto, práticas pedagógicas são, essencialmente, um ato político e, como tal, podem servir para conservar e manter a realidade social ou para gerar transformação social. (Oliveira e Henrique, 2026, p.4)

A partir dessa compreensão, torna-se possível afirmar que a Educação Profissional e Tecnológica, ao articular formação técnica e desenvolvimento humano, ocupa posição estratégica na formação de sujeitos capazes de atuar em contextos complexos e em constante transformação. Assim, mais do que preparar para o emprego imediato, a EPT deve contribuir para a construção de trajetórias profissionais sustentáveis, nas quais o indivíduo seja capaz de se adaptar, aprender continuamente e participar ativamente das dinâmicas sociais e produtivas. Como podemos observar na tabela:

QUADRO 1 – Evolução das concepções sobre formação e inserção no trabalho na EPT

Período	Autor(es)	Concepção predominante	Papel da educação
2003	Frigotto e Ciavatta	Crítica estrutural à subordinação da educação à lógica do mercado	Formação crítica e não subordinada ao mercado
2016	Batista e Silva	Precarização do trabalho e crítica à empregabilidade como discurso ideológico	Denúncia do uso da qualificação como responsabilização individual
2024	Cimarelli e Velloso	Parceria escola-empresa como mediação formativa prática	Aproximação entre teoria e prática, com experiências supervisionadas
2025	Dias	Trabalhabilidade como adaptação contínua e construção de trajetória	Formação ao longo da vida, para além da inserção inicial

2026	Oliveira e Henrique	Práticas pedagógicas como ato político, em disputa entre conservação e transformação social	Formação humana integral, crítica e socialmente situada
2026	Koepsel e Czernisz	Influência empresarial e pragmatismo na educação pública	Alinhamento às demandas produtivas com tensionamento da formação crítica
2026	Ponciano e Grimm e Placido	Empreendedorismo como ideologia neoliberal na educação	Formação orientada ao mercado com transferência de responsabilidade ao indivíduo

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Assim como se observa na Tabela 1 uma evolução histórica das concepções sobre formação e trabalho na EPT, é possível também sintetizar as abordagens mais recentes, destacando os principais enfoques contemporâneos sobre inserção profissional e práticas pedagógicas, conforme apresentado na Tabela 2.

QUADRO 2 – Concepções contemporâneas sobre formação, inserção profissional e práticas pedagógicas na EPT

Autor(es)	Foco da análise	Concepção central	Implicações para a formação
Cimarelli e Velloso (2024)	Parcerias entre escolas técnicas e empresas	Integração entre teoria e prática por meio de experiências formativas supervisionadas	Fortalecimento da aprendizagem aplicada e aproximação com o mundo do trabalho
Dias (2025)	Inserção produtiva e indicadores de egressos	Trabalhabilidade como processo contínuo baseado em autonomia, adaptação e aprendizado permanente	Formação voltada ao desenvolvimento contínuo e protagonismo do estudante
Oliveira e Henrique (2026) *	Concepções de práticas pedagógicas na EPT	Práticas pedagógicas como ato político, em disputa entre perspectivas conservadoras e emancipatórias	Formação humana integral e desenvolvimento de consciência crítica
Koepsel e Czernisz (2026)	Influência de agentes privados na educação pública	Pragmatismo empresarial orientando práticas educativas	Risco de direcionamento da formação às demandas do mercado
Ponciano e Grimm e	Inserção do empreendedorismo no currículo da EPT	Empreendedorismo como instrumento ideológico associado ao mercado	Reforço da lógica empresarial e enfraquecimento da formação crítica

Placido
(2026)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A partir dessa perspectiva, a literatura recente sobre a Educação Profissional e Tecnológica tem ampliado o debate sobre a formação para além de abordagens estritamente tecnicistas, incorporando dimensões políticas, sociais e pedagógicas. Estudos como os de Cimarelli e Velloso (2024) destacam a importância da integração entre teoria e prática por meio de experiências formativas supervisionadas, enquanto Dias (2025) introduz o conceito de trabalhabilidade como um processo contínuo baseado em autonomia, adaptação e aprendizagem permanente. Em uma perspectiva mais crítica, Oliveira e Henrique (2026) compreendem as práticas pedagógicas como um campo em disputa, no qual se confrontam projetos formativos conservadores e emancipatórios. Nesse mesmo sentido, Koepsel e Czernisz (2026) alertam para a crescente influência de agentes privados na organização curricular, orientando a formação segundo uma lógica pragmática voltada às demandas do mercado. De forma complementar, Ponciano, Grimm e Placido (2026) evidenciam que a inserção do empreendedorismo na EPT pode operar como instrumento ideológico, reforçando a racionalidade empresarial e enfraquecendo perspectivas críticas de formação. Esses elementos atualizam e aprofundam a análise de Frigotto e Ciavatta (2003), ao reafirmarem que a educação profissional não deve restringir-se à preparação para ocupações específicas, mas integrar dimensões científicas, técnicas e sociais do trabalho, em diálogo com as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo.

Diante desse conjunto de abordagens, observa-se que, embora as críticas à influência de lógicas mercadológicas na formação profissional sejam relevantes para evidenciar tensões estruturais, também é necessário reconhecer que a inserção no mundo do trabalho demanda que os estudantes desenvolvam autonomia para articular formação crítica e competências efetivamente mobilizáveis em contextos produtivos concretos. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica deve buscar um equilíbrio entre a formação integral do sujeito e a preparação para a realidade dinâmica do trabalho, promovendo a autonomia dos estudantes sem desconsiderar os condicionantes sociais que atravessam suas trajetórias.

Nesse contexto, torna-se relevante distinguir empregabilidade de trabalhabilidade. Enquanto a empregabilidade refere-se à capacidade de inserção inicial no mercado de trabalho, frequentemente associada à adequação às exigências produtivas vigentes, a trabalhabilidade

compreende uma dimensão mais ampla, relacionada à capacidade do sujeito de manter-se ativo profissionalmente ao longo do tempo, adaptando-se às transformações tecnológicas e organizacionais e gerindo sua própria trajetória laboral. Assim, a trabalhabilidade desloca o foco da simples obtenção de um posto de trabalho para a construção de competências duradouras, articuladas a fundamentos técnicos, científicos e críticos, em consonância com os princípios formativos da Educação Profissional e Tecnológica (Dias, 2025; Oliveira; Henrique, 2026).

Diante dessas transformações, emerge o debate acerca do papel das instituições de ensino técnico na mediação entre formação escolar e inserção ocupacional, especialmente no que se refere às estratégias institucionais capazes de reduzir a distância entre teoria e prática profissional.

Nesse cenário, Oliveira e Henrique (2026) contribuem de forma decisiva ao problematizar o papel das práticas pedagógicas no interior da Educação Profissional e Tecnológica. Os autores destacam que tais práticas não são neutras, mas carregam intencionalidades e orientações que refletem diferentes projetos de sociedade, assumindo caráter político e podendo tanto reforçar as estruturas sociais existentes quanto contribuir para processos de transformação social, a depender da orientação adotada no processo formativo.

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a organização curricular, as metodologias de ensino e as estratégias de articulação com o mundo do trabalho não podem ser analisadas apenas sob uma perspectiva técnica. Ao contrário, tais elementos devem ser compreendidos como escolhas pedagógicas que expressam determinados posicionamentos frente às demandas sociais, econômicas e políticas contemporâneas.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas na EPT assumem papel central na construção da formação dos estudantes, uma vez que são responsáveis por mediar a relação entre conhecimento teórico e prática profissional. Quando orientadas por uma perspectiva crítica e integrada, essas práticas possibilitam o desenvolvimento de competências que vão além da execução de tarefas, incluindo a capacidade de análise, reflexão e intervenção na realidade social.

Por outro lado, quando orientadas exclusivamente por demandas imediatas do mercado, as práticas pedagógicas tendem a reduzir a formação a um caráter instrumental, limitando o desenvolvimento do estudante a competências operacionais e restringindo sua capacidade de compreensão crítica do contexto em que está inserido. Tal abordagem reforça a lógica de adaptação passiva às condições de trabalho, em detrimento da formação de sujeitos capazes de atuar de forma autônoma e transformadora (Frigotto; Ciavatta, 2003; Batista; Silva, 2016).

Dessa forma, a contribuição de Oliveira e Henrique (2026) permite compreender que a Educação Profissional e Tecnológica se configura como um campo de disputa entre diferentes projetos formativos. De um lado, encontram-se perspectivas que priorizam a adaptação às exigências do mercado; de outro, abordagens que defendem uma formação integral, articulando trabalho, ciência e cultura, com vistas à emancipação dos sujeitos.

Assim, ao articular os aportes teóricos de Frigotto e Ciavatta (2003), Batista e Silva (2016) contra as ideias de Dias (2025), Oliveira e Henrique (2026), Koepsel e Czernisz (2026) e Ponciano e Grimm e Placido (2026), evidencia-se um amadurecimento na compreensão da formação profissional, no qual se reconhece tanto a influência das estruturas econômicas quanto a importância da ação pedagógica na construção de trajetórias profissionais mais autônomas, críticas e sustentáveis.

2.1 Parcerias entre escolas técnicas e empresas: fundamentos e limites

As parcerias entre instituições de ensino técnico e empresas configuram-se como mecanismos institucionais voltados à aproximação entre o ambiente formativo e o contexto produtivo (Cimarelli; Velloso, 2024). Essas articulações podem assumir diferentes formatos, como estágios supervisionados, programas de aprendizagem, projetos de extensão tecnológica, visitas técnicas, cooperação para desenvolvimento de projetos e atualização curricular em diálogo com o setor produtivo. Trata-se, portanto, de estratégias que buscam reduzir o distanciamento construído entre a formação escolar e as dinâmicas concretas do mundo do trabalho.

Sob a perspectiva pedagógica, tais parcerias possibilitam a vivência de situações concretas de trabalho, contribuindo para a consolidação de conhecimentos teóricos por meio da prática. Além disso, ampliam as redes de sociabilidade profissional dos estudantes, favorecendo o acesso a oportunidades de inserção ocupacional e proporcionando maior compreensão das exigências organizacionais contemporâneas. Nesse sentido, as parcerias não apenas complementam o processo formativo, mas também atuam como mediadoras na construção da identidade profissional dos estudantes.

Adicionalmente, a ampliação das parcerias entre instituições públicas de ensino e agentes privados não se limita à oferta de experiências práticas, podendo também implicar na reorientação de conteúdos, metodologias e prioridades formativas, alinhando a educação a interesses empresariais e produtivos (Koepsel; Czernisz, 2026).

Nesse cenário, a incorporação do empreendedorismo nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica tem sido objeto de críticas na literatura recente, conforme destacado a seguir:

Essa hegemonia resulta da convergência de múltiplas determinações: formação técnica instrumental, precarização docente, inserção institucionalizada de políticas neoliberais e fragilidades na formação pedagógica crítica. Tal convergência reforça o empreendedorismo como ideologia neoliberal que mascara contradições estruturais do capitalismo e transfere responsabilidades coletivas para o âmbito individual, apontando para a necessidade de problematizar sua centralidade nos currículos de formação da classe trabalhadora (Ponciano; Grimm; Placido, 2026, p. 2).

Entretanto, ao confrontar essas críticas com dados empíricos, como os apresentados pela Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024), observa-se que:

Tabela 3 - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução - Brasil - 2024

Nível de instrução (1)	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)						
	Total	Sexo		Cor ou raça			
		Homem	Mulher	Branca	Parda	Preta	Preta ou parda
Rendimento médio							
Total	2 017	2 077	1 960	2 692	1 499	1 545	1 508
Sem instrução ou fundamental incompleto	1	1	1	1	1	1	1
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	346	362	330	646	178	204	183
Ensino médio completo ou superior incompleto	1	2	1	2	1	1	1
Ensino superior completo	921	085	771	344	607	614	608
	4	5	4	5	3	3	3
	726	274	334	407	597	519	581
Rendimento mediano							
Total	1 328	1 357	1 283	1 649	1 038	1 140	1 059
Sem instrução ou fundamental incompleto	1	1	1	1	1	1	1
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	137	140	132	406	986	047	997
Ensino médio completo ou superior incompleto	1	1	1	1	1	1	1
Ensino superior completo	092	180	006	397	942	034	957
	1	1	1	1	1	1	1
	423	541	333	719	233	278	245
	3	3	2	3	2	2	2
	214	523	992	721	489	542	494

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024, acumulado de primeiras visitas.

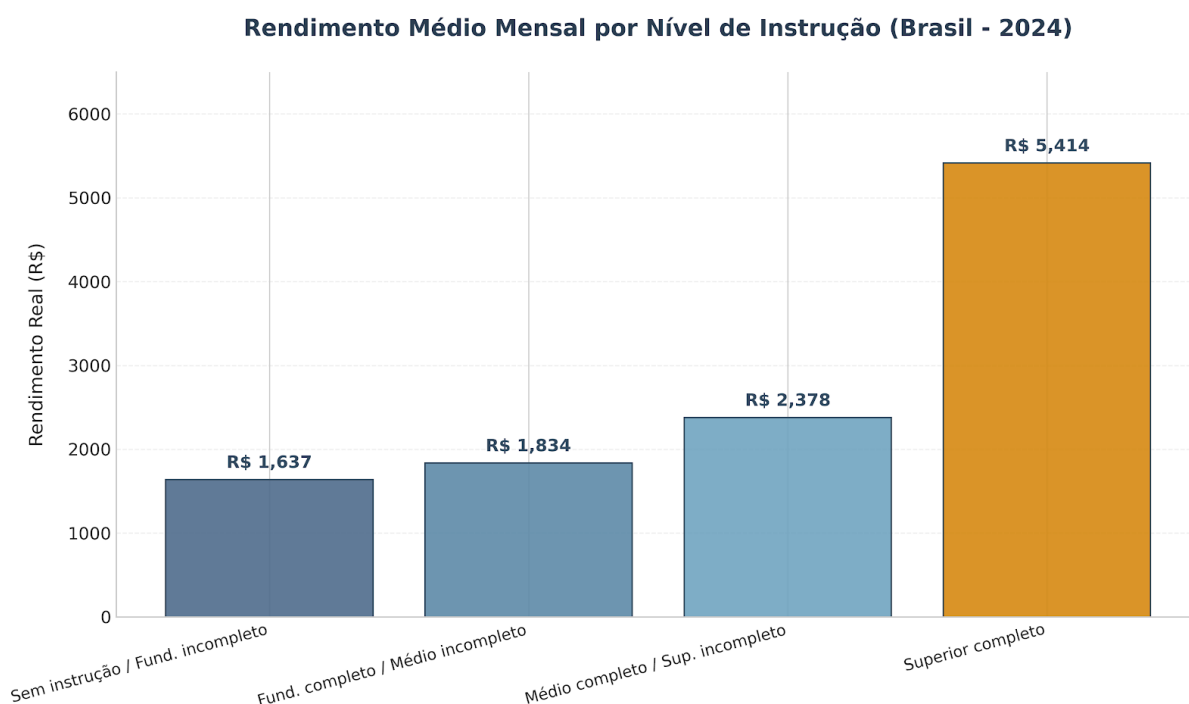
Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2024.

(1) Excluídas pessoas com menos de 15 anos de idade na desagregação. O total inclui estas pessoas.

Com base nesses dados, apresentados na Tabela 3, elaborou-se o gráfico a seguir, com o objetivo de evidenciar de forma visual as diferenças de rendimento conforme o nível de instrução. Desta forma podemos evidenciar que, o rendimento médio de quem possui ensino superior completo chega a ser mais de três vezes superior ao daqueles que não possuem instrução ou não concluíram o ensino fundamental.

Figura 1. Gráfico de rendimento médio mensal por nível de instrução no Brasil.



Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE referentes a 2024

Contudo, é necessário reconhecer os limites. A vinculação excessiva às demandas empresariais pode reduzir o papel da escola à função de fornecedora de mão de obra, comprometendo sua autonomia pedagógica e o projeto formativo mais amplo da Educação Profissional e Tecnológica, conforme alertam Frigotto e Ciavatta (2003). Essa tensão revela que as parcerias podem assumir tanto um caráter instrumental, voltado à adaptação às demandas produtivas, quanto uma dimensão formativa mais ampla, orientada pela construção de sujeitos críticos e autônomos.

Além disso, as desigualdades regionais e setoriais influenciam diretamente a capacidade de estabelecimento dessas parcerias. Instituições localizadas em regiões com menor dinamismo econômico tendem a enfrentar maiores dificuldades na articulação com o setor produtivo, o que evidencia que tais estratégias não são igualmente acessíveis a todas as escolas. Dessa forma, as

parcerias entre escolas e empresas não podem ser compreendidas como solução universal para os desafios da inserção profissional, mas sim como instrumentos condicionados por contextos socioeconômicos específicos. Nesse sentido, nos Institutos Federais, a definição da oferta de cursos e a consolidação de parcerias estão, em geral, vinculadas a processos de planejamento institucional baseados em estudos de viabilidade e no diagnóstico das demandas regionais, buscando alinhar a formação profissional às necessidades do desenvolvimento local.

No cenário contemporâneo, marcado por intensas transformações tecnológicas e organizacionais, essas parcerias assumem novos contornos. A incorporação de tecnologias digitais, a automação de processos produtivos e a reconfiguração das relações de trabalho ampliam a complexidade das competências exigidas dos trabalhadores. Nesse contexto, a formação profissional passa a demandar não apenas conhecimentos técnicos específicos, mas também capacidades de adaptação, resolução de problemas e aprendizagem contínua, em consonância com a noção de trabalhabilidade discutida por Dias (2025).

Entretanto, como destacam Oliveira e Henrique (2026), as práticas pedagógicas que sustentam essas parcerias não são neutras, mas carregam intencionalidades e expressam diferentes projetos de sociedade. Assim, a articulação entre escola e empresa deve ser compreendida como um espaço de disputa, no qual se confrontam perspectivas que priorizam a adaptação às demandas do mercado e abordagens que defendem uma formação integral, orientada pela emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, a forma como essas parcerias são estruturadas e conduzidas possui implicações diretas sobre o tipo de formação oferecida aos estudantes.

Dessa forma, a análise das parcerias entre escolas técnicas e empresas exige uma abordagem equilibrada, que reconheça simultaneamente suas potencialidades e limitações. Quando alinhadas ao projeto pedagógico institucional e orientadas por princípios formativos claros, tais parcerias podem contribuir para a integração entre teoria e prática, para o desenvolvimento de competências relevantes e para a construção de trajetórias profissionais mais consistentes. Contudo, quando subordinadas exclusivamente às demandas imediatas do mercado, tendem a reforçar uma formação restrita e instrumental, limitada à lógica da empregabilidade imediata.

Assim, mais do que instrumentos operacionais, as parcerias entre empresas e escolas devem ser compreendidas como dispositivos pedagógicos estratégicos, cuja efetividade depende da forma como são concebidas, implementadas e articuladas aos objetivos formativos da Educação Profissional e Tecnológica.

QUADRO 3 – Potencialidades e limites das parcerias entre escolas técnicas e empresas na EPT

Dimensão	Potencialidades	Limites
Pedagógica	Integração entre teoria e prática	Redução da formação ao tecnicismo
Profissional	Ampliação da empregabilidade e redes de contato	Dependência de oportunidades locais
Institucional	Atualização curricular e inovação	Risco de subordinação ao mercado
Social	Aproximação com o mundo do trabalho	Reforço de desigualdades regionais

Fonte: elaborado pelo autor (2026)

2.2 Metodologia

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise teórica das relações entre Educação Profissional e Tecnológica (EPT), empregabilidade e parcerias escola–empresa no contexto das instituições públicas de ensino técnico no Brasil.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em artigos científicos que discutem a formação profissional e suas relações com o mundo do trabalho, considerando tanto abordagens clássicas sobre a subordinação da educação às dinâmicas produtivas (Frigotto e Ciavatta, 2003; Batista e Silva, 2016) quanto contribuições mais recentes que problematizam as transformações contemporâneas da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, foram analisados estudos que tratam da temática a partir de buscas realizadas em bases como o Google Acadêmico, utilizando descritores como ‘Educação Profissional e Tecnológica’, ‘parcerias escola-empresa’, ‘trabalhabilidade’, ‘empreendedorismo na EPT’ e ‘formação profissional e mercado de trabalho’, sobre a articulação entre escolas técnicas e empresas (Cimarelli e Velloso, 2024), a inserção produtiva de egressos e o conceito de trabalhabilidade (Dias, 2025), além de pesquisas que abordam as práticas pedagógicas como campo de disputa (Oliveira e Henrique, 2026), a influência de agentes privados na educação pública (Koepsel e Czernisz, 2026) e a inserção do empreendedorismo como elemento estruturante dos currículos da EPT (Ponciano, Grimm e Placido, 2026), com o objetivo de atualizar o debate à luz das transformações recentes do mundo do trabalho.

O recorte temporal privilegiou produções publicadas entre 2021 e 2026, de modo a atender à exigência de atualização teórica. Trabalhos anteriores a esse período foram utilizados como referenciais estruturantes do campo da EPT, especialmente no que se refere à tradição crítica que problematiza a relação entre formação escolar e mercado de trabalho.

A análise documental contemplou a legislação educacional vigente, especialmente a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), como marco normativo da articulação entre educação e trabalho. O procedimento analítico consistiu na identificação e articulação de categorias centrais como formação integral, empregabilidade, trabalhabilidade e mediação institucional, à luz do problema de pesquisa proposto.

Ressalta-se que o estudo não envolveu coleta de dados primários, delimitando-se à análise teórica e documental das fontes selecionadas, obtidas a partir de bases como o Google Acadêmico e repositórios institucionais de periódicos científicos, priorizando produções relevantes para a temática da Educação Profissional e Tecnológicas.

2.3 Análise e discussão

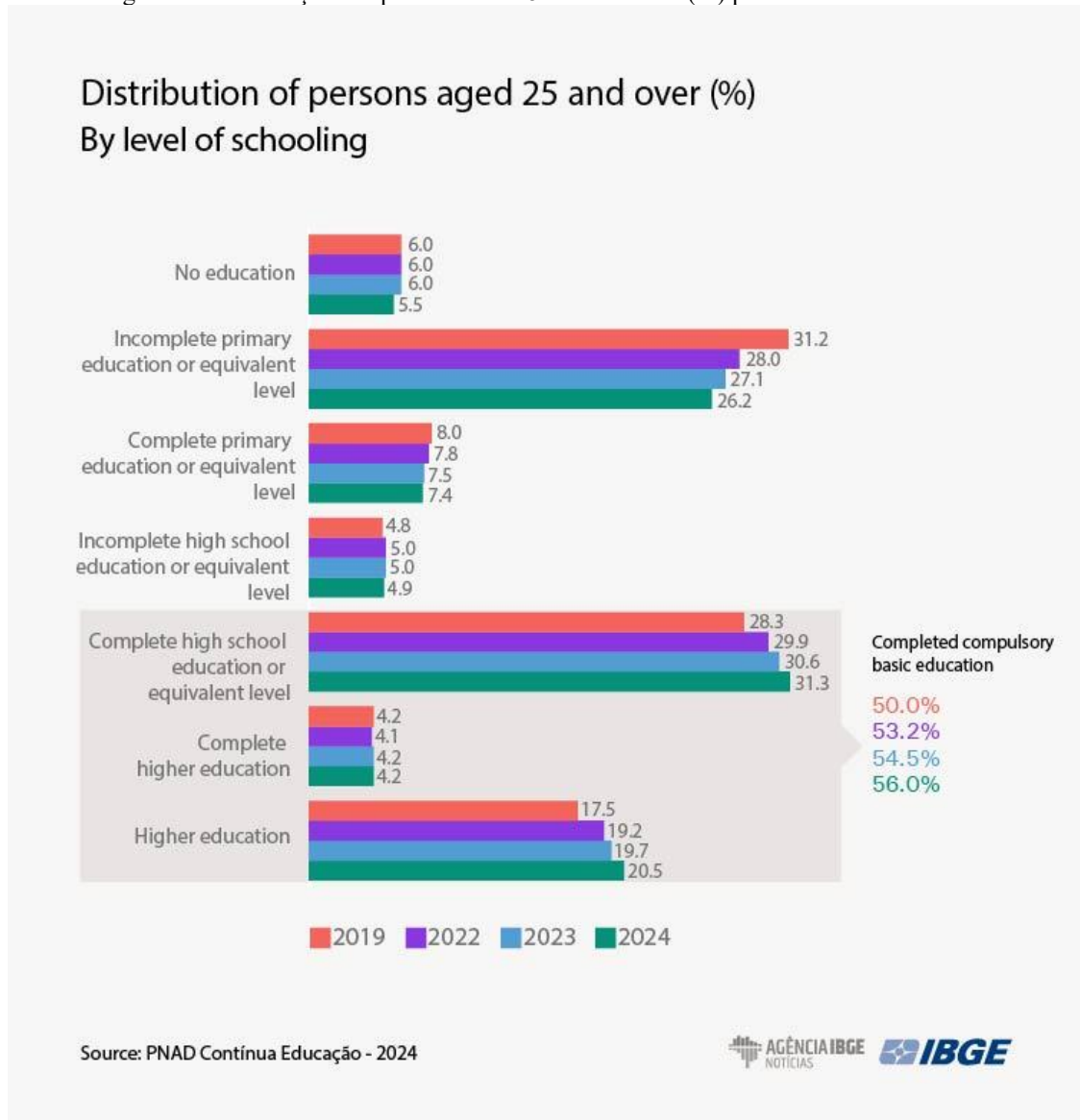
A partir do referencial teórico e documental examinado, observa-se que as parcerias entre escolas técnicas e empresas assumem papel estratégico na mediação entre formação e prática profissional, especialmente no contexto contemporâneo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Quando estruturadas de forma planejada, articuladas ao currículo e orientadas por objetivos pedagógicos claros, tais parcerias contribuem sim para o fortalecimento de experiências formativas contextualizadas, ampliando a compreensão dos estudantes sobre os processos produtivos e as dinâmicas organizacionais.

Contudo, estudos mais recentes indicam que essa relação deve ser analisada com cautela. Cimarelli e Velloso (2024) destacam que as parcerias não devem ser compreendidas como solução estrutural para os problemas do mercado de trabalho, mas como dispositivos institucionais que potencializam experiências formativas supervisionadas. Nesse sentido, seu valor está condicionado à mediação pedagógica e à sua integração com o projeto formativo da instituição, evitando a redução da escola à função de mera fornecedora de mão de obra.

Essa discussão é aprofundada por Dias (2025), ao analisar indicadores de inserção produtiva de egressos dos cursos superiores de tecnologia. O autor evidencia que a inserção inicial no mercado de trabalho não garante progressão profissional, estabilidade ou reconhecimento social. Ainda que tais dados se refiram a egressos do ensino superior, eles contribuem para problematizar, de forma mais ampla, os limites da inserção inicial no mundo

do trabalho, inclusive no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, informação condizente com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Figura 2 . Distribuição das pessoas com 25 anos ou mais (%) por nível de escolaridade



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

Ao introduzir o conceito de trabalhabilidade, desloca o foco da simples empregabilidade para uma dimensão mais ampla da trajetória profissional, que envolve autonomia, aprendizado contínuo e capacidade de adaptação. Assim, mesmo diante de uma formação técnica adequada, os egressos permanecem sujeitos às instabilidades do mercado, o que revela limites estruturais que extrapolam o alcance das instituições de ensino.

Esse movimento também se reflete nas práticas pedagógicas e nas percepções dos docentes, que tendem a associar o empreendedorismo à criação de negócios, à geração de renda e à preparação para o mundo do trabalho, evidenciando a predominância de uma abordagem empresarial na formação (Ponciano; Grimm; Placido, 2026).

Nesse cenário, a contribuição de Ponciano e Grimm (2026) torna-se central para compreender como o processo educativo na Educação Profissional transcende a mera transmissão de conteúdos técnicos. A autora argumenta que o papel do professor na EPT deve ser o de mediador, fomentando um ambiente onde o estudante não seja apenas um receptor, mas o protagonista de sua própria formação. Dessa forma, o desenvolvimento do aluno é potencializado quando as práticas pedagógicas estimulam a autonomia e a reflexão crítica sobre o mundo do trabalho.

Conforme destacam:

Os docentes enfatizam a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades individuais, destacando aspectos como criatividade, gestão, capacidade de identificar oportunidades, enfrentamento de desafios, geração de emprego e renda, autonomia, liberdade de escolha, protagonismo e, principalmente, preparação para o mercado de trabalho (Ponciano e Grimm, 2026, p. 17).

Essa definição permite compreender que as práticas pedagógicas ocupam posição central na mediação entre formação e trabalho, podendo tanto reforçar a adaptação às exigências do mercado quanto promover uma formação crítica e emancipadora. Tal dualidade evidencia que a efetividade das parcerias escola–empresa depende diretamente da concepção pedagógica que orienta sua implementação.

Além disso, os autores ressaltam que a Educação Profissional historicamente esteve vinculada à formação de trabalhadores para funções operacionais, com baixo prestígio social, o que contribuiu para a consolidação de práticas pedagógicas de caráter tecnicista e instrumental. Nesse sentido, afirmam:

A Educação Profissional, ao longo de sua história, tem formado indivíduos para o trabalho considerado manual, braçal e de baixo valor social. [...] Essa configuração contribui para a constituição de um tipo específico de trabalhador, moldado para atender às necessidades do mercado, mas que não é incentivado a refletir sobre o trabalho. (Oliveira; Henrique, 2026, p. 2).

Essa perspectiva reforça a necessidade de superação de modelos formativos restritos à lógica produtiva, aproximando-se da crítica já apresentada por autores como Frigotto e Ciavatta (2003) e Batista e Silva (2013), que apontam para os limites de uma formação subordinada às demandas do capital.

Outro elemento fundamental destacado por Oliveira e Henrique (2026) refere-se à relação entre teoria e prática, aspecto central para a análise das parcerias institucionais. Segundo os autores, a fragmentação entre essas dimensões compromete a formação dos estudantes, enquanto sua integração favorece uma compreensão mais ampla e crítica da realidade social.

Nesse sentido, afirmam:

Na visão dicotômica, teoria e prática são separadas e fragmentadas, gerando práticas pedagógicas distanciadas da realidade concreta dos alunos. Já na visão de unidade, teoria e prática estabelecem uma relação simultânea e recíproca [...] gerando práticas pedagógicas que dialogam com a realidade dos sujeitos. (Oliveira; Henrique, 2026, p. 5).

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que as parcerias entre instituições de ensino e empresas tendem a produzir resultados mais significativos quando orientadas por uma lógica integradora, que articule teoria e prática de forma crítica. Caso contrário, correm o risco de se reduzir a experiências pontuais de inserção operacional, sem impacto relevante na formação integral dos estudantes.

Adicionalmente, os autores Oliveira e Henrique (2026) evidenciam que as práticas pedagógicas estão inseridas em um contexto marcado pelo dualismo estrutural da educação brasileira, no qual diferentes formas de ensino são destinadas a diferentes classes sociais. Esse aspecto reforça que a discussão sobre empregabilidade e inserção profissional não pode ser dissociada das condições sociais, econômicas e históricas mais amplas.

Dessa forma, a análise conjunta dos estudos de Cimarelli e Velloso (2024), Dias (2025) e Oliveira e Henrique (2026) permite afirmar que as parcerias escola–empresa configuram-se como estratégias institucionais relevantes, porém limitadas. Elas não são capazes de superar, isoladamente, as contradições estruturais do mercado de trabalho, mas podem contribuir para qualificar a formação profissional quando articuladas a projetos pedagógicos consistentes.

Conclui-se, portanto, que a contribuição dessas parcerias para a empregabilidade e para a construção de trajetórias profissionais mais sólidas ocorre principalmente quando há coerência entre projeto pedagógico, demandas produtivas e objetivos formativos da EPT, preservando-se o caráter educativo, crítico e social da formação técnica. Nesse contexto, as práticas pedagógicas assumem papel decisivo, funcionando como elemento mediador entre formação e trabalho, entre reprodução e transformação social.

3 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o potencial e os limites das parcerias entre empresas e escolas técnicas no contexto das instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando suas implicações formativas e institucionais. A análise realizada permitiu compreender que tais parcerias podem contribuir para a ampliação de experiências formativas, atualização tecnológica e aproximação entre teoria e prática, especialmente em áreas caracterizadas por rápidas transformações produtivas.

Entretanto, os resultados indicam que a simples existência dessas articulações não é suficiente para superar as contradições estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Embora a EPT apresente elevada taxa de inserção inicial de egressos, a empregabilidade não garante, por si só, reconhecimento profissional ou progressão salarial proporcional à qualificação obtida. Nesse sentido, destacou-se a importância de deslocar o foco da empregabilidade imediata para a construção da trabalhabilidade, entendida como capacidade de adaptação, permanência e desenvolvimento profissional ao longo do tempo.

De forma sintética, o estudo evidenciou três aspectos centrais: (i) as parcerias constituem estratégia relevante de mediação entre formação escolar e mundo do trabalho; (ii) tais articulações não eliminam as tensões estruturais que atravessam o mercado de trabalho contemporâneo; e (iii) a consolidação de trajetórias profissionais mais consistentes depende da articulação entre projeto pedagógico institucional, fundamentos científicos e iniciativa do próprio egresso. Assim, o trabalho contribui para o debate ao integrar a tradição crítica da EPT com a análise de estratégias institucionais concretas e com a noção ampliada de trabalhabilidade.

O estudo também evidenciou que as parcerias entre escolas e empresas precisam estar articuladas a um projeto pedagógico comprometido com a formação integral do estudante, evitando que a formação técnica se reduza a mera adequação às demandas produtivas imediatas. Desse modo, a mediação institucional entre formação escolar e inserção ocupacional deve preservar os fundamentos científicos, éticos e sociais que caracterizam a Educação Profissional e Tecnológica.

Como limitações, destaca-se que esta pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, não envolvendo investigação empírica direta com egressos ou instituições específicas. Dessa forma, os resultados apresentados baseiam-se na análise da literatura e em dados secundários, o que limita generalizações sobre contextos regionais particulares.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras realizem estudos empíricos longitudinais com acompanhamento de egressos, a fim de verificar em que medida as parcerias entre escolas técnicas e empresas impactam a trajetória profissional ao longo do tempo, especialmente no

que se refere à progressão salarial, estabilidade ocupacional e mobilidade profissional. Isso reforça que o debate sobre empregabilidade na EPT não pode ser dissociado das contradições estruturais do próprio modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Eraldo Leme; SILVA, João Carlos da. **Trabalho e educação: qualificação e escolarização no capitalismo contemporâneo. Quaestio – Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 725-740, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2849/2423> Acesso em: 01 fev. 2026.
- BRASIL (País). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 de dezembro 1996.
- CIMARELLI, Carine; VELLOSO, Larissa Cimarelli. **A importância da parceria entre escolas técnicas e empresas no desenvolvimento profissional do aluno. Revista Foco**, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6018> Acesso em: 05 fev. 2026.
- DIAS, De Carvalho Marcos. **Análise Da Inserção Produtiva Dos Egressos Dos Cursos Superiores De Tecnologia Por Meio De Indicadores**. CONEDU, 2025. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_E_V214_ID8566_TB1339_17102025110152.pdf Acesso em: 16 fev. 2026
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93–117, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ> Acesso em: 26 janeiro 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Education indicators advance in 2024, but school failure increases**. Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/43730-education-indicators-advance-in-2024-but-school-failure-increases>. Acesso em: 02 abr. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 02 abr. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 02 abr. 2026.
- KOEPSEL, Eliana; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. **Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024)**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 20, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/99768>. Acesso em: 3 abr. 2026.

OLIVEIRA, J. C; HENRIQUE, A. L. S. **Concepções sobre Práticas Pedagógicas na Educação Profissional: um lugar de disputas e contradição.** **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-23 e16118, fev. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/16118> Acesso em: 17 fev. 2026

PONCIANO, Fabiano Mauricio; GRIMM, Viviane; PLACIDO, Ivonete Telles Medeiros. **Reflexões sobre a educação para o empreendedorismo nos Centros de Educação Profissional (CEDUP's) de Santa Catarina a partir das percepções de docentes.** **PerCursos**, Florianópolis, v. 27, e0501, 2026. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/19847246272026e0501> Acesso em: 3 abr. 2026.

APÊNDICE A - GRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Brasília (IFB) e ao corpo docente da Pós-Graduação em Docência na EPT, pelo ambiente de aprendizado e excelência no ensino. Ao Dr. Eduardo Dias Leite, pela orientação precisa e pelo incentivo constante. À minha família e amigos, pelo apoio incondicional durante as horas dedicadas a este estudo. Por fim, a todos os profissionais da educação pública que, apesar das limitações estruturais, dedicam-se à formação integral dos nossos estudantes.